

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO
À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do superávit (déficit)

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação (“Entidade”), em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidades de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidades de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social. e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 08 de outubro de 2021

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2017	2016		Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.743	143.704	Fornecedores	9	61.308	47.378
Recursos vinculados a programas	5	807.743	-	Obrigações trabalhistas	10	373.714	302.783
Impostos a recuperar	6	7.018	7.018	Obrigações fiscais	11	25.412	24.222
Adiantamentos	7	75.936	30.522	Projetos a executar	12	920.267	84.739
		<u>935.440</u>	<u>181.244</u>			<u>1.380.701</u>	<u>459.123</u>
Não circulante				Patrimônio Líquido			
Imobilizado	8	8.882	11.003	Patrimônio social	13	(436.378)	(266.876)
		<u>8.882</u>	<u>11.003</u>			<u>(436.378)</u>	<u>(266.876)</u>
Total do ativo		<u><u>944.323</u></u>	<u><u>192.247</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>944.323</u></u>	<u><u>192.247</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Demonstrações do superávit (déficit) do período
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas sem restrição			
Projetos e convênios	14	1.231.831	1.642.298
Próprias		77.861	29.087
Custos das atividades	15	(825.013)	(1.000.894)
Superávit bruto		484.678	670.492
Outras receitas			
Receitas financeiras	18	30	375
		30	375
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(164.488)	(231.132)
Despesas com pessoal	17	(428.635)	(427.907)
Serviços de terceiros		(17.427)	(19.017)
Despesas financeiras	18	(43.660)	(73.844)
Resultado operacional		(654.211)	(751.900)
Déficit do exercício		(169.502)	(81.034)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
Déficit do exercício	<u>(169.502)</u>	<u>(81.034)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
	<u>(169.502)</u>	<u>(81.034)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit/ (Déficit)</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(185.841)	-	(185.841)
Déficit do exercício	-	(81.034)	(81.034)
Transferência para o Patrimônio Social	(81.034)	81.034	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>(266.875)</u>	<u>-</u>	<u>(266.876)</u>
Déficit do exercício	-	(169.502)	(169.502)
Transferência para o Patrimônio Social	(169.502)	169.502	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u><u>(436.378)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(436.378)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BR/

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do exercício	(169.502)	(81.034)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa e equivalentes		
Depreciação	2.121	1.910
	(167.382)	(79.124)
Aumento líquido/(redução) nos ativos e passivos		
Recursos vinculados a programas	(807.743)	-
Adiantamentos	(45.414)	(34.248)
Fornecedores	13.929	32.089
Obrigações trabalhistas	70.931	25.336
Obrigações fiscais	1.190	-
Projetos a executar	835.528	84.739
Caixa e equivalentes de caixa consumido /(gerado) proveniente das atividades	(98.961)	28.792
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Adição de ativo imobilizado	-	(4.340)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	-	(4.340)
Redução/(aumento) líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa	(98.961)	24.451
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	143.704	119.253
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	44.743	143.704
Redução/(aumento) líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa	(98.961)	24.451

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação - CLADE BRASIL é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem filiação partidária ou religiosa, fundada em 23 de julho de 2010, tendo como finalidade: contribuir para a defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as). Sua missão é a de promover o debate e desenvolver iniciativas para a construção de uma agenda latino-americana para a educação, estimulando processos de incidência nas políticas educativas e fortalecendo a sociedade civil no Brasil e nos países da região.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Entidade por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

A emissão dessas demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração em 08 de outubro de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas estão sendo registradas pelo regime de competência.

O superávit/déficit referente às atividades da Associação é incorporado ou absorvido pelo patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Associação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Moeda funcional

A Administração da CLADE definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico nº2 (CPC 02).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, estão registrados os saldos do fundo fixo e de banco conta movimento. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

Ativos circulantes e não circulantes

Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido por depreciação calculada com base em taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, pelo método linear.

Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Demais provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Entidade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado

4. Obrigações tributárias

A Clade é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	7.135	4.600
Bancos conta movimento	37.589	139.104
	<u>44.743</u>	<u>143.704</u>

6. Recursos vinculados a programas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
GPE - Global Partnership for Education	807.743	-
	<u>807.743</u>	<u>-</u>

O acordo constitui um contrato entre a Campanha Global pela Educação (GCE) e a CLADE, onde a CLADE atuará como Secretaria Regional do Fundo de Educação da Sociedade Civil na Região América Latina e Caribe.

A CLADE será responsável perante a GCE, uma vez que desempenha o papel de Secretariado Regional de acordo com o plano de implementação acordado que descreve as atividades e marcos para o programa.

O objetivo geral do programa é influenciar a mudança política, especialmente em torno da educação, com ênfase em financiamento da educação, inclusão, equidade, qualidade e aprendizagem e responsabilidade perante o global e o nacional objetivos de educação.

7. Impostos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pis a recuperar	2.221	2.221
ISS a recuperar	4.797	4.797
	<u>7.018</u>	<u>7.018</u>

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

8. Adiantamentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamento a fornecedores (i)	66.700	24.163
Adiantamento de viagens	246	246
Outros Adiantamentos	8.990	6.113
	<u>75.936</u>	<u>30.522</u>

(i) A Clade aderiu a novas parcerias com financiadores.

9. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação (%)	2016		2017		
		Valor residual	Adições	Baixas	Depreciação	Valor residual
Móveis e utensílios	10	3.076	-	-	(652)	2.422
Equip. de computação	20	7.928	-	-	(1.46)	6.460
		<u>11.003</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>(2.121)</u>	<u>8.882</u>

10. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços	40.804	22.586
Outros	20.504	24.792
	<u>61.308</u>	<u>47.378</u>

11. Obrigações trabalhistas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários a pagar	9.553	5.306
INSS a recolher	240.915	167.228
FGTS a recolher	9.070	31.664
PIS sobre folha	3.306	1.062
Contribuição Sindical	4.348	2.974
IRRF a recolher	57.687	37.548
Provisão de 13º Salário	4.128	-
Provisões de Férias	44.706	57.000
	<u>373.714</u>	<u>302.783</u>

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

12. Obrigações fiscais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ISS	1.190	-
IRRF Terceiros	5.697	5.697
INSS Terceiros	12.446	12.446
CSRF a recolher	6.080	6.080
	<u>25.412</u>	<u>24.222</u>

13. Projetos a executar

Registram os recursos recebidos pelas entidades de cooperação internacional mantenedoras da Entidade, as quais enviam subsídios para a realização de suas despesas-fins e suas despesas complementares, como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Unicef (i)	-	33.791
Educo (ii)	39.244	-
Membresia (iii)	937	-
GPE - Global Partnership for Education (iv)	863.072	33.282
Oxfam Ibis Denmark (v)	17.014	17.666
	<u>920.267</u>	<u>84.739</u>

- (i) Unicef: Contrato celebrado com objetivo de compreender a partir das reivindicações dos jovens e adolescentes que estão dentro ou fora da escola qual seria a Educação secundária que responderia às suas necessidades e aspirações";
- (ii) Educo: Contrato celebrado entre a Clade e a Fundação de Educação e Cooperação (EDUCO) para firmar o projeto "Direito a uma educação infantil digna" com o objetivo de contribuir para exercício do direito à educação e os cuidados às crianças na América Latina e Caribe;
- (iii) Membresia: O acordo prevê uma contribuição dos membros da Clade para o funcionamento da Entidade;
- (iv) GPE - Global Partnership for Education: O acordo constituído com a Global Partnership for Education (GPE), tem como objetivo influenciar a mudança política, especialmente em torno da educação, com ênfase em financiamento da educação, inclusão, equidade, qualidade e aprendizagem e responsabilidade no âmbito global e nacional;
- (v) Oxfam Ibis Denmark: O objetivo da parceria com o Oxfam Ibis Denmark é contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável, garantindo uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O programa contribuirá com debates sobre políticas de educação em nível nacional, regional e global, de modo que os governos levem em consideração as recomendações e propostas da sociedade civil para o alcance de uma educação pública de qualidade, contextualmente, relevantes, priorizando os segmentos sociais mais pobres e marginalizados e promovendo uma prestação de contas transparente dos gastos.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

14. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pelas contribuições totalmente integralizadas, acrescido ou diminuído, respectivamente, do superávit ou déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

15. Projetos e convênios

Registram os recursos recebidos das agências de cooperação internacional, as quais enviam subsídios para a realização de suas despesas fins e suas despesas complementares:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
GPE - Global Partnership Education	673.288	934.296
Aaea	97.349	58.259
Aecid - Fresce	-	17.475
OEI	15.398	-
Ayuda em Acción	56.390	-
Ibis	94.260	214.758
Unicef	206.675	112.801
Open Society	-	246.467
Unesco/Orealc	27.169	58.241
Educo	61.302	-
	<u>1.231.831</u>	<u>1.642.298</u>

16. Custos das atividades

Refere-se as aplicações de recursos recebidos para financiamento de projetos de desenvolvimento de iniciativas para construção de uma agenda latino-americana para a educação, estimulando processos de incidência nas políticas educativas para fortalecer a sociedade civil no Brasil e nos países da região, conforme quadro demonstrado a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Produção de textos, estudos e pesquisa	(454.775)	(445.722)
Materiais gráficos e comunicação	(92.994)	(81.256)
Reuniões e eventos	(27.677)	(83.747)
Viagens e transportes	(249.567)	(390.169)
	<u>(825.013)</u>	<u>(1.000.894)</u>

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos com Instalação	(56.107)	(52.207)
Gastos de escritório	(26.056)	(27.542)
Gastos com gestão	(80.204)	(149.473)
Despesa com depreciação	(2.121)	(1.910)
	<u>(164.488)</u>	<u>(231.132)</u>

18. Despesas com pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salário	(172.598)	(202.869)
13° Salário	(18.174)	(20.660)
Férias	(22.153)	(30.893)
Remuneração Estágio	-	(1.000)
INSS	(57.218)	(68.300)
FGTS	(18.338)	(24.401)
PIS	(2.244)	(3.280)
Contribuição Sindical	-	(320)
Vale transporte	(2.636)	(2.712)
Vale refeição	(23.941)	(21.299)
Assistência Médica	(67.231)	(52.173)
Indenização	(44.102)	-
	<u>(428.635)</u>	<u>(427.907)</u>

19. Resultado financeiro, líquido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	30	375
	30	375
Despesas financeiras		
Juros	44	-
Multas	(6.756)	(23.681)
Despesa de câmbio (i)	(15.534)	(32.019)
Despesas bancárias (i)	(21.056)	(18.144)
Outras despesas	(271)	-
	<u>(43.660)</u>	<u>(73.844)</u>
	<u>(43.630)</u>	<u>(73.469)</u>

- (i) A Clade é uma associação sem fins lucrativos que atua diretamente com financiadores do Exterior para manter os programas da Entidade. Portanto essa transação gera despesas de câmbio para conversão da moeda, e além disso reflete em despesas bancárias que são descontadas na operação.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

20. Quocientes patrimoniais

	<u>Cálculos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Liquidez imediata:			
Caixa e equivalentes de caixa	<u>44.743</u>	0,03	0,31
Passivo circulante	<u>1.380.701</u>		
Liquidez corrente:			
Ativo circulante	<u>935.440</u>	0,68	0,39
Passivo circulante	<u>1.380.701</u>		
Liquidez geral:			
Ativo circulante + realizável a longo prazo	<u>944.323</u>	0,69	0,42
Passivo circulante + não circulante	<u>1.380.701</u>		
Imobilização de capital de giro:			
Imobilizado	<u>8.882</u>	0,01	0,06
Patr. social + passivo circulante	<u>944.323</u>		
Imobilização corrente do capital próprio:			
Imobilizado	<u>8.882</u>	(0,02)	(0,04)
Patrimonio social	<u>(436.378)</u>		

21. Isenção IRPJ

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e, mediante artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A organização apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica.

22. Instrumentos financeiros

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Entidade não participou e, tampouco, manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.